

ATA DA 009ª SESSÃO ESPECIAL DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2016, EM HOMENAGEM  
AOS POLICIAIS CIVIS, PROMOTORES, MAGISTRADA E  
DESEMBARGADORA QUE ATUARAM NA FORÇA-TAREFA DE  
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - OPERAÇÃO SALVE GERAL  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a  
presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas  
autoridades que serão nominadas a seguir:

Senhor delegado-geral adjunto de Polícia,  
Marcos Flávio Ghizoni Júnior, neste ato  
representando o excelentíssimo senhor governador  
do estado, Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor desembargador do  
Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Carlos  
Alberto Civinski, neste ato representando o  
presidente do Tribunal de Justiça, excelentíssimo  
senhor José Antônio Torres Marques;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor procurador-geral de  
Justiça do estado de Santa Catarina, Sandro José  
Neis;

(Palmas)

Excelentíssima senhora desembargadora Marli  
Mosimann Vargas;

(Palmas)

Excelentíssima senhora juíza de Direito,  
Jussara Schittler dos Santos Wandscheer;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor promotor de Justiça,  
Flávio Duarte de Souza;

(Palmas)

Senhor delegado de Polícia, Procópio Batista  
da Silveira Neto;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual  
Antônio Aguiar;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Dr. Vicente Caropreso.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem aos policiais civis, promotor, magistrada e desembargadora que atuaram na força-tarefa de combate ao crime organizado - Operação Salve Geral -, foi convocada pela Mesa e aprovada por unanimidade pelos srs. parlamentares.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Gostaria de destacar a honrosa presença das seguintes autoridades:

Excelentíssima senhora desembargadora do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, Maria do Rocio Luz Santa Ritta;

Excelentíssimo senhor desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Sérgio Antônio Rizelo;

Excelentíssimo senhor desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, Jaime Ramos;

Excelentíssimo senhor juiz de Direito do estado do Paraná, Rodrigo de Lima Mosimann;

Senhor delegado de Polícia da Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis, Verdi Furlanetto;

Senhor delegado regional de Joinville, Laurito Akira Sato;

Senhor delegado de Polícia, Antônio Cláudio Seixas Joca;

Senhor delegado de Polícia da Deic, Rodrigo Schneider;

Senhor delegado de Polícia, Walter André M. Watanabe;

Senhor presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Odson Cardoso Filho;

Senhor presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, Luciano Naschenweng;

Senhor diretor da Deic, Adriano Krul Bini;

Senhora vice-presidente do Partido Rede Sustentabilidade, Maria Margarete Philippi Cecconi;

Senhor jornalista de Relações Públicas da Acif e membro da Sociedade Amigos da Polícia Militar de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, Ronei Danielli;

Excelentíssimo senhor desembargador do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, Ernani Guetten de Almeida.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo/reportagem sobre os atentados ocorridos nos anos de 2012 e 2013.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Neste momento, fará uso da palavra, em nome dos deputados desta Casa, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio; os representantes da Polícia Militar e do Poder Judiciário; e todos vocês que, neste momento recebem a homenagem do Poder Legislativo não apenas por essa força-tarefa, esse evento que aconteceu em 2012, mas pelo que fazem diariamente. É um trabalho incansável com a população para que as leis sejam cumpridas.

Quero homenagear todos vocês, dizer que esta é uma noite memorável para nós e que a Assembleia Legislativa faz jus à homenagem que presta, hoje, a todos vocês.

Parabéns à Polícia Civil!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Neste momento, convido a mestre-de-cerimônias, Nicoli Madeira, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta uma

homenagem aos policiais civis, promotor, magistrada e desembargadora que atuaram na força-tarefa de combate ao crime organizado - Operação Salve Geral -, pelo seu abnegado esforço, dedicação e compromisso na identificação dos responsáveis pela onda de atentados deflagrados a partir de novembro de 2012, em prol da segurança do cidadão de bem, cujo trabalho resultou na maior operação policial da história do estado de Santa Catarina, dando origem a um novo cenário de enfrentamento ao crime organizado, motivo de orgulho para toda a sociedade catarinense.

Convido os srs. deputados Antônio Aguiar e Dr. Vicente Caropreso para fazerem a entrega das homenagens às autoridades envolvidas no maior julgamento da história catarinense.

Convido para receber a homenagem a excelentíssima sra. desembargadora, Marli Mosimann Vargas, por sua dedicação ímpar em analisar, de forma completa, os meandros da facção criminosa, dando continuidade à excelência deste trabalho.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a excelentíssima sra. juíza de Direito, Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, por conduzir com responsabilidade e profissionalismo o maior julgamento da história de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o excelentíssimo sr. promotor de Justiça, Flávio Duarte de Souza, pela excelência do trabalho conduzido com responsabilidade e profissionalismo no maior julgamento da história catarinense.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade, o Parlamento catarinense homenageia os delegados de Polícia que deflagraram com seriedade e profissionalismo a maior operação policial da história do estado - Operação Salve Geral.

Convido para receber a homenagem o sr. delegado de Polícia, Procópio Batista da Silveira Neto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. delegado de Polícia, Antônio Cláudio Seixas Joca.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo homenageia os agentes da força-tarefa, equipe competente e abnegada que efetiva e merecidamente tem os seus nomes escritos na história da Segurança Pública do estado, por absoluta dedicação e empenho na segurança do cidadão de bem.

Convido para receber a homenagem o sr. escrivão de Polícia, Christyan Dago Prado Anderson.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. agente de Polícia, Cristian Carlos Cardoso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. agente de Polícia, Gustavo Oliveira de Abreu.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. agente de Polícia, Ricardo Nascimento Cavalcante.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. agente de Polícia, Diego Coradini Crescêncio.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. agente de Polícia, Ivan de Souza Castilho.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. agente de Polícia, Illan Palermo Romano.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. agente penitenciário, Everton Medeiros.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço aos srs. deputados pela entrega das homenagens.

Seria homenageada também, nesta noite, a sra. agente de Polícia, Mylena Gomes Espíndola.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e durante a semana será reprisada. Acompanhe a programação!

Muito obrigada e uma ótima sessão a todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra, em nome do Ministério Público Estadual, o excelentíssimo sr. promotor de Justiça, Flávio Duarte de Souza.

O SR. FLÁVIO DUARTE DE SOUZA - Excelentíssimo sr. deputado Gelson Merisio, presidente da Assembleia Legislativa; excelentíssimo sr. Carlos Alberto Civinski, neste ato representando o Tribunal de Justiça; excelentíssimo sr. Flávio Ghizoni Júnior, neste ato representado o governo do estado; excelentíssimo sr. Sandro José Neis, chefe da instituição da qual faço parte; excelentíssima dra. Jussara Schittler dos Santos Wandscheer; excelentíssimo dr. Procópio Batista da Silveira Neto; meus amigos homenageados. E peço licença para nominar mais duas pessoas que reputo de enorme importância para esta solenidade, especialmente para mim: dr. Luciano Naschenweng, presidente da Associação Catarinense do Ministério Público, e desembargador Ernani Guetten de Almeida, meu amigo há muito tempo.

A minha fala, senhoras e senhores, será extremamente breve, por conta que solenidades desta natureza, além de brevidade, exigem objetividade. Mas não poderia furtar-lhes de fazer um breve relato da humilde, singela e rápida participação que o Ministério Público teve nesse processo.

Fomos designados para atuar, em outubro de 2012, na Comarca de Gaspar. Lá tomamos conhecimento de um inquérito policial de uma morte e informalmente conversei - e ao longo do meu

discurso farei referência a uma série de nomes, todos eles importantes para que conseguíssemos o resultado que alcançamos - com o dr. Paulo Roberto Koerich, delegado de Gaspar, dizendo: Paulo, você disse que tem alguma coisa aqui, mas eu não vejo essa coisa aqui. Senhores, em outubro de 2012, foi-me trazido um relatório feito por policiais de Itajaí que dava conta da existência e da atuação de uma facção criminosa no estado.

Alguns dias depois, de volta a Blumenau, procuramos o coronel Cláudio Roberto Koglin e o então capitão João Marcos Tanan Sales para ver se aquela facção também atuava no Presídio Regional de Blumenau. Diante da resposta afirmativa, o Ministério Público não poderia ficar inerte, e em novembro de 2012, tão logo eclodiram os primeiros ataques em todo estado, procuramos o Poder Judiciário em Blumenau. Diante dos argumentos e daquilo que foi coletado, tivemos respaldo e desde então, novembro de 2012, passamos a atuar no combate ao crime organizado.

Foi esse singelo procedimento, iniciado em novembro de 2012, que nos levou a uma reunião na secretaria de Segurança Pública, e diante das dificuldades encontradas, colocamo-nos a disposição das autoridades do estado. Alguns dias depois, srs. delegados, recebemos a visita, em Blumenau, do excelente delegado, que se tornou meu amigo, de uma competência muito acima da média, Laurito Akira Sato, e do dr. Procópio. E a partir dali começamos a desenvolver trabalhos, junto com a Deic, no combate ao crime organizado.

Por que faço menção a essas pessoas? Porque quando se trata, srs. deputados e sras. autoridades, do combate ao crime organizado, é imprescindível e fundamental que haja uma união de esforços. E de tudo o que foi feito, posso dizer aos senhores que, se não houvesse essa união, essa confiança recíproca e essa participação de todos os agentes de segurança pública do estado, nenhum resultado seria possível.

Não conhecíamos e não tínhamos contato com nenhum daqueles delegados que um dia apareceram na comarca de Blumenau pedindo auxílio, mas o estado

de Santa Catarina está acima de qualquer coisa, de qualquer vaidade, de qualquer medo ou receio. E diante da necessidade da adoção de medidas, a dra. Jussara - e que eu diria ser a principal figura de toda essa ação - sempre se mostrou, mais do que uma parceira, uma aliada do estado.

O detalhe, srs. deputados e autoridades, é que, tirando eu, os delegados e a juíza não são naturais deste estado, mas abraçaram Santa Catarina como um lugar para viver, dando aos seus filhos um lugar digno para morarem.

Com eles fomos até o final do processo, que resultou numa condenação expressiva de 80 pessoas a penas que, somadas, dão mais de mil anos.

Peço, mais uma vez, licença para fazer o registro de outros nomes. O promotor de Justiça, hoje, depende da sua assessoria, e o Juciano Rosendo Vieira e a Susan, meus assessores, diuturnamente estiveram ao meu lado, assim como as serventuárias, que nos acompanharam, inclusive, na audiência na Canhanduba, a Claci e a Magali. Enfim, essas pessoas que, anônimas, passam por todos os corredores da Justiça catarinense, são pessoas que durante um bom tempo abriram mão de uma parcela de suas vidas para se dedicar a uma causa que era importante para todo o estado. E hoje, pelas nossas mãos, elas são igualmente homenageadas.

Entrando na parte final do meu discurso, gostaria de dizer que, de todos os homenageados, eu talvez seja aquele que menos mereça, porque o meu papel foi apenas levar e trazer os pleitos que a Polícia me trazia, e procurar, com alguns argumentos jurídicos, convencer a dra. Jussara.

Tivemos êxito em toda essa trajetória e muito me orgulha hoje, desembargador Civinski, sentar ao lado de outros dois brusquenses. O senhor e a desembargadora Marli, assim como eu, somos de Brusque. Não sei qual a água que tomamos, mas a água que nós tomamos, para alguns, transformou-se numa elite. Mas a nossa elite não gosta de corrupção, tem ojeriza à falcatrua. O que nós queremos, senhoras e senhores, é um país melhor, e a nossa colaboração é para isto. Os meus valores,

que aprendi com a minha mãe, carrego ao longo da vida, e é para ela que dedico essa homenagem.

Enfim, concito todos para mantermos essa união, porque o estado sai forte e nós saímos melhores!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra, em nome do Poder Judiciário, a excelentíssima desembargadora do Tribunal de Justiça, Marli Mosimann Vargas.

A DRA. MARLI MOSIMANN VARGAS - (Passa a ler.)

"Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, cumprimentando v.exa., cumprimento as demais autoridades e todos aqui presentes.

Estou nesta homenagem em decorrência da maior operação policial da história de Santa Catarina, a Operação Salve Geral. Na época, o diretor da Deic, delegado Akira Sato, declarou que o sucesso das investigações deveu-se ao trabalho de todos os segmentos da Segurança Pública, Ministério Público e Judiciário, atribuindo à Polícia Civil 70% das prisões dos envolvidos. E acrescento também a instrução do processo e julgamento no 1º e 2º Grau de Jurisdição, que ocorreram de forma rápida, aplicando-se aos envolvidos a devida justiça.

O inquérito presidido pelo delegado Procópio Batista da Silveira Neto, da Deic, identificou em 3 de março de 2013, no interior da Penitenciária de São Pedro de Alcântara, a organização criminosa intitulada Primeiro Grupo Catarinense, popularmente conhecida como PGC. As investigações duraram três meses, houve o envolvimento de nove agentes de Polícia (hoje aqui também homenageados), com, aproximadamente, 500 ramais de telefones interceptados, que resultaram em 80 mil horas de ligações telefônicas. É um serviço espetacular, com gravações de transcrições telefônicas em inúmeros volumes, e também foram expedidos 200 mandados de busca e apreensão. O esforço do delegado e dos policiais foi exuberante

e redundou em um inquérito de 13 volumes e quatro mil páginas. Também foram cumpridos 98 mandados de prisão, e em tudo isso não foi disparado um único tiro de arma de fogo.

O fato concreto foram 111 ataques do grupo a edificações, veículos e agentes públicos, colocando toda a população de sobressalto e temerosa, até de sair nas ruas, devido ao grande número de veículos que foram incendiados.

A Operação Salve Geral também mereceu o esforço do Poder Judiciário, através da Promotoria de Justiça, dr. Flávio Duarte de Souza, e da juíza dra. Jussara Schittler dos Santos Wandscheer. Saliente-se que o promotor de Justiça, dr. Flávio, também teve um trabalho profícuo para produzir acusação. O volume de provas era gigantesco e ele teve que se dedicar com afinco para verificar exatamente quais réus estavam envolvidos. Inúmeras horas de leitura de depoimentos e escutas telefônicas, além da atividade normal da Vara Criminal, denotam todo o elogio que merece a Promotoria. Também esteve presente nas audiências com muitas horas de depoimentos, e estava sempre atento às provas produzidas para poder questionar as testemunhas. O promotor de Justiça referido produziu uma denúncia de 132 páginas, que afinal restou mantida.

Igualmente a magistrada da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau, dra. Jussara, esmerou-se em conduzir o processo com grande celeridade e prestatividade. Ressalta-se que 80 advogados atuaram efetivamente no feito e cerca de 40% dos réus acompanharam o ato por videoconferência, pois estavam segregados em presídios federais em outros estados da federação.

Além disso, salienta-se que foram arroladas 155 testemunhas, sendo oito de acusação e 147 de defesa. A audiência ocorreu pelo período de 72 horas, distribuídas em oito dias, dando uma média de 9h de audiência por dia. Ainda, os depoimentos das testemunhas arroladas na denúncia tiveram duração média de 3h30. A sentença, brilhantemente prolatada pela dra. Jussara, contou com mais de

500 páginas, cujos judiciosos fundamentos foram mantidos pelo Tribunal de Justiça.

Então, quando os autos chegaram a 2º Grau para esta relatora, já contavam com 58 volumes, depois de todo esse trabalho das pessoas já nominadas. Foi um trabalho árduo desta relatora e de duas assessoras, Mariele e Alana, que reuniram toda prova. Durante seis meses examinamos minuciosamente e redigimos aquele que foi o maior acórdão já prolatado no Tribunal de Justiça, num total de 1.147 páginas. O julgamento no Tribunal de Justiça demorou 13h e constituiu-se no maior da história nos 124 anos desse Tribunal. Hoje o processo já está com 65 volumes, e ainda está comigo para análise de alguns incidentes, entretantes estão mantidas as condenações e as penas somadas em mais de 1.031 anos.

A justiça foi feita com a devida rapidez em, aproximadamente, dois anos dos fatos, e devemos cumprimentar todos que se empenharam no trabalho para evitar que os fatos criminosos se repitam.

Para finalizar, estou sensibilizada pela homenagem!"

Muito Obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o delegado de Polícia, dr. Procópio Batista da Silveira Neto.

O DR. PROCÓPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO - Boa-noite a todos!

Primeiramente, em nome dos homenageados, eu gostaria de agradecer ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, por abrir esta Casa e patrocinar esta homenagem, fato que nos honra. Realmente não há preço que se possa botar no reconhecimento pelo trabalho que foi feito. Muito obrigado a todos!

Gostaria também de cumprimentar o deputado Antônio Aguiar; o deputado Dr. Vicente Caropreso; o diretor delegado-geral adjunto da Polícia Civil, dr. Marcos Flávio Ghizoni Júnior; o excelentíssimo desembargador do Tribunal de Justiça de Santa

Catarina, dr. Carlos Alberto Civinski; o excelentíssimo procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, dr. Sandro José Neis; a excelentíssima desembargadora do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, dra. Marli Mosimann Vargas, a quem presto homenagens extensivas, principalmente pelo seu empenho e participação nesta homenagem, pois sem a sua colaboração ela não teria acontecido; a dra. Jussara Schittler dos Santos Wandscheer; ao dr. Flávio Duarte de Souza; às demais autoridades; aos delegados de Polícia da Deic; e aos demais representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário. Agradeço a presença de todos!

O dr. Flávio falou que a participação do Ministério Público foi ínfima, e é uma blasfêmia falar isso. Lembro que, em novembro ou dezembro de 2012, em meio à onda de atentados e à instabilidade institucional em que nos encontrávamos em Santa Catarina, o diretor da Deic, extremamente competente, meu amigo delegado Akira Sato, precisava de uma solução, pois tinha que ser dada uma resposta à sociedade. Então, surgiu a ideia da criação de uma força-tarefa. Procuramos uma comarca onde os fatos tivessem envolvimento e pudéssemos dar continuidade. Foi uma parceria, a palavra mais correta é esta, para que pudéssemos continuar com as investigações.

Eu aportei na comarca de Blumenau - e lá encontrei o dr. Flávio, que eu não conhecia, bem como a dra. Jussara - com centenas de números de telefones, dezenas de nomes de suspeitos, maços de papel de investigações preliminares. Eu, acompanhado do delegado Akira Sato, apresentei isso a ele, que já conhecia o panorama da situação, e disse o que precisávamos. Naquele momento, ele e a dra. Jussara poderiam simplesmente se omitir ou protelar, dizendo: "Precisamos de uma verificação mais aprofundada desses dados que você trouxe", mas era uma situação emergencial. E lembro-me do bordão que os dois costumavam usar: "Se nós não fizermos, quem vai fazer"? E fizeram uma coisa que nunca havia sido feita antes em termos de Poder Judiciário, de

Ministério Público, de Justiça catarinense, órgãos de segurança pública: o julgamento, a maneira como foi feito e conduzido o processo no Tribunal de Justiça.

Por isso, dra. Marli, dra. Jussara e dr. Flávio, eu digo que não bastam apenas a competência e a dedicação para se fazer o que foi feito lá, e é preciso muita coragem para enfrentar tudo aquilo! Portanto eu, na condição de delegado de Polícia da Divisão de Repressão ao Crime Organizado da Deic, tenho orgulho de conhecer profissionais da Segurança como vocês!

E não é diferente para os policiais que estavam lá compondo a força-tarefa. Como já foi dito, foram escolhidos alguns policiais que tinham características específicas voltadas para a inteligência e a investigação, e que pudessem se dedicar a fazer alguma coisa que não sabíamos como iria ser feita. Nós não sabíamos o *know-how*, a maneira como aquela investigação iria se delinear, até onde iríamos conseguir concluir aquele inquérito policial, e fomos aprendendo no meio do caminho, entre tropeços e acertos.

E foi tão importante em termos de Segurança Pública, não somente pelo efeito prático, que é a condenação, mas também porque aquilo que foi feito desvendou aquela organização criminosa que existia em Santa Catarina por dentro, algo que nunca havia sido realizado. Nenhum inquérito policial ou investigação se propuseram a dizer o que era aquela organização criminosa, como era a sua estrutura, quem eram os líderes, como ela funcionava, como ela era financiada, como se delineava toda aquela facção que agia dentro das penitenciárias do estado.

No meio da investigação, fomos atropelados por mais uma onda de atentados, que aconteceu no início de fevereiro, e nós ainda não tínhamos o material necessário para apresentar para o Ministério Público e o Judiciário para que pudesse efetivamente ter o resultado que queríamos: uma condenação. E a partir daquele momento houve um estresse e uma cobrança muito grande, tanto midiática e política, como uma cobrança de nós

mesmos. Tínhamos dez ou 11 policiais trabalhando, sendo que o delegado Joca estava comigo. E houve momentos em que trabalhamos 20 horas por dia.

Algumas pessoas não são familiarizadas com interceptações telefônicas, mas quando existe uma interceptação telefônica, aquele ramal telefônico interceptado é desviado para um celular de um dos agentes. Então, quando o telefone celular do alvo toca, o telefone do agente toca simultaneamente e ele escuta aquela conversa.

Lembro-me que, em determinado momento, os celulares dos agentes ficaram ligados 40 horas seguidas sem que fossem desligados, era uma ligação atrás da outra, diante do volume de interceptações telefônicas e de pessoas investigadas. Existiam fotos das telas dos celulares coladas nas paredes da força-tarefa. Quarenta horas de ligação, os telefones eram ligados diretamente na tomada e ficavam 24 horas lá porque não havia bateria que aguentasse. E os policiais tinham que analisar todas aquelas interceptações telefônicas, identificar as pessoas envolvidas e tentar evitar que o pior acontecesse, que era o que já estava acontecendo.

Não suficiente ainda, essas mesmas pessoas que estavam lá de forma abnegada trabalhando comigo dentro daquela força-tarefa, aquela masmorra que foi montada na Deic, também eram vítimas de atentados, porque esses agentes de Polícia eram o alvo das facções criminosas, que passaram a determinação que agentes da Segurança Pública fossem assassinados.

Então, estavam lá trabalhando, mesmo diante daquele panorama de insegurança, e com os seus familiares em casa apreensivos. E mesmo assim nenhum deles abriu mão do ofício que lhes foi designado. Em nenhum momento algum deles pediu para sair de lá ou que tivesse outro tratamento. Todos eles sabiam do que estavam participando, da sua importância, que aquilo que estava sendo feito era um trabalho diferenciado que nunca havia sido feito, que eles faziam parte da história e que o resultado daquilo iria refletir no estado todo.

Não existia outra instituição, que não a Polícia Civil naquele momento, que pudesse dar a resposta que precisava ser dada com relação à onda de atentados e às facções criminosas. Era somente a Polícia Civil, obviamente com a colaboração do Ministério Público e do Poder Judiciário. E a resposta foi dada a altura.

Até então todos sabem o que aconteceu: quatro anos se passaram, o maior processo, a maior condenação, uma parte da história da Segurança Pública de Santa Catarina. E todos sabem de algumas pessoas envolvidas e também do resultado, mas pouquíssimas pessoas sabem quem realmente trabalhou nos bastidores, quem são os verdadeiros responsáveis por aqueles 40 volumes entregues ao Ministério Público - e depois foi para mais de 100, e não sei os números exatos. Mas ninguém sabia quem eram as pessoas que realmente participaram daquela parte da inteligência, aquela parte investigativa, quem ficou na sala trancado 20 horas, dormindo quatro horas, e ainda fazendo blitz e barreiras nas ruas para ver se conseguia evitar os incêndios aos ônibus.

É por isto que esta homenagem me deixa muito feliz: por saber que hoje eles estão sendo reconhecidos, e que os seus familiares e amigos poderão dar-lhes os parabéns sabendo que eles são, de certa forma, heróis e que o nome deles está escrito na história da Segurança Pública de Santa Catarina.

Eu me orgulho de dizer que, enquanto houver profissionais como o dr. Flávio, a dra. Jussara, a dra. Marli e os demais 500 policiais que participaram da operação e profissionais da Segurança Pública que participaram indiretamente, eu sei que ainda vale a pena fazer o que fazemos, porque realmente esse é um ofício muito dolorido. E o nosso trabalho, como o dr. Flávio disse, é voltado realmente para mudar esse cultura brasileira de jeitinho, de facilidade, de impunidade. Nós estamos aqui para mostrar que a lei tem que ser aplicada desde a pessoa mais poderosa até a mais simples. E é em nome dessas

pessoas e da nossa família que continuamos fazendo o que fazemos.

Para não me estender muito, eu gostaria de terminar o meu discurso citando uma breve passagem de uma manifestação do ministro da Suprema Corte recente, e que eu reputo que foi digna de fazer um quadro, quando o ministro Celso de Mello referiu-se justamente ao empenho de todas as instituições para o combate à impunidade, e não somente à corrupção, mas a todas as modalidades criminosas. Ele se manifestou recentemente da seguinte forma:

"Cumpre não desconhecer que o dogma da isonomia, que constitui uma das mais expressivas virtudes republicanas, a todos iguala, governantes e governados, sem qualquer distinção, indicando que ninguém, absolutamente ninguém, está acima da autoridade das leis e da Constituição do nosso país, a significar que condutas criminosas perpetradas à sombra do poder jamais serão toleradas e os agentes que as houverem praticado, posicionados ou não nas culminâncias da hierarquia governamental, serão punidos por seu juiz natural na exata medida e na justa extensão de sua responsabilidade criminal".

Muito obrigado e parabéns a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Sr. delegado Marcos Flávio Ghizoni Júnior, que neste ato representa o excelentíssimo sr. governador Raimundo Colombo; desembargador Carlos Alberto Civinski, que neste ato representa o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antônio Torres Marques; prezada desembargadora Marli Mosimann Vargas; prezado procurador-geral Sandro José Neis; sr. delegado Procópio Batista da Silveira Neto, a quem cumprimento pelo belo pronunciamento; sr. promotor de Justiça, Flávio Duarte de Souza, com quem conversei antes do início da sessão e desde logo quero reconhecer, em seu nome, o grande trabalho que o Ministério Público de Santa Catarina realiza, e não apenas nesse caso específico, mas em todas as ações em que é demandada a atuação do

Ministério Público, aqui hoje representado na sua plenitude pelo procurador-geral Sandro Neis; prezada juíza de Direito, Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, e devo cumprimentá-la pelo trabalho tão bem reconhecido por todos; e prezados deputados Antônio Aguiar e Dr. Vicente Caropreso.

Devo dizer que foi muito bem colocada por um dos oradores a importância que tem um ato como este que nós fazemos, hoje, nesta Casa. Muito mais do que apenas homenagens pessoais, o que se está fazendo é homenagear o trabalho, a vocação e a dedicação do servidor público na sua essência.

Conversávamos, antes do início da sessão, exatamente sobre o momento pelo qual passa o país e a necessidade que temos de que as pessoas que têm responsabilidade e a oportunidade de fazer de forma diferente, o façam além das suas atribuições e além das suas obrigações. E o que ficou muito evidente nas homenagens prestadas foi exatamente isto: a ação do Ministério Público, da Polícia Civil e do Tribunal de Justiça, todos imbuídos não apenas das suas obrigações, mas muito mais que isso, ou seja, da missão efetiva de servir a sociedade catarinense. Talvez nunca na história do Brasil e do nosso estado, o país precisou tanto de servidores públicos que façam da sua profissão, do seu serviço e da sua atividade uma missão de, efetivamente, servir as pessoas com transparência, honestidade e dedicação.

Por isso, ao prestar essa homenagem, esta Casa quer estendê-la a todos os componentes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Polícia Civil, da Polícia Militar e a todos aqueles que por vocação e por missão prestam um grande serviço a um estado que, com suas mazelas e dificuldades, é diferente do resto do país. E diferente porque tem pessoas, como os homenageados, que, mais que cumprir com a obrigação, exercem a missão de servir ao nosso estado. Parabéns a todos!

Esta Presidência agradece a presença das autoridades e de todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.